

REGULAMENTO DA COMISSÃO DE ÉTICA DO DI&D

PREÂMBULO

1. A Comissão de Ética (adiante designada CE) do Departamento de Investigação & Desenvolvimento (adiante designado DI&D) do Instituto Superior Miguel Torga (adiante designado ISMT) funciona no ISMT, em gabinete próprio, sito no Largo da Cruz de Celas, n.º 1/cave, sendo um órgão consultivo do Conselho Científico (adiante designado CC) e da Escola Superior de Altos Estudos (adiante designada ESAE) do ISMT.
2. A CE foi constituída tendo por finalidade o zelo pelos padrões de ética na investigação desenvolvida no ISMT, procedendo à análise e reflexão sobre temas que envolvam questões de natureza ética colocadas pelo ISMT, tendo presente o estabelecido na Constituição da República Portuguesa, o estabelecido na lei, nos Códigos Deontológicos e, nos Códigos, Declarações e Diretrizes nacionais e internacionais sobre este tema.
3. As investigações realizadas com seres humanos, sobretudo, grupos vulneráveis, necessitam de cuidado e atenção de forma que seja proporcionada a proteção requerida. Neste sentido, a CE assume como valores: o respeito pela dignidade da pessoa humana, a integridade pessoal, a justiça e equidade, a liberdade e a autonomia, a responsabilidade e o bem comum.
4. A direção e coordenação do funcionamento da CE segue o previsto no âmbito do CPA e no âmbito da legislação em vigor, geral e especial, sempre que se mostre adequado.

Artigo 1.º

Designação, homologação e mandato

1. Cabe ao CC propor ao Diretor do ISMT os nomes dos membros da CE
2. A nomeação da CE é da competência do Diretor do ISMT.
3. O mandato dos membros coincide com o mandato do CC do ISMT, podendo ser renovado por uma ou mais vezes.

Artigo 2.º

Composição

1. A CE tem uma composição multidisciplinar e deve abarcar, sempre que possível, representantes das áreas de formação ministradas no ISMT (ciências sociais, das ciências do comportamento, ciências empresariais ou de tecnologias da informação e comunicação)
2. A CE é constituída por seis membros, sendo três externos ao ISMT e propostos pela CE.
3. A CE pode solicitar a colaboração de outros técnicos ou peritos, sempre que considerar necessário.
4. A CE integra como consultor(a), um(a) aluno(a) dos cursos de 1.º ou 2.º Ciclos de Estudos, designado(a) pela Associação de Estudantes do ISMT.

Artigo 3.º

Competências e Remuneração

1. Em termos gerais, compete à CE zelar pela observância dos padrões de ética no exercício da investigação desenvolvida no DI&D e pronunciar-se sobre eventuais questões de natureza ética, colocadas pelos órgãos ou departamentos do ISMT.
2. Em termos específicos, compete à CE:
 - a. Zelar, no âmbito do funcionamento do DI&D, pela salvaguarda da dignidade e integridade da pessoa humana, nos vários estádios da sua constituição e desenvolvimento;
 - b. Emitir, por sua iniciativa ou por solicitação, pareceres sobre questões éticas na investigação com seres humanos no domínio das ciências sociais, das ciências do comportamento, das ciências empresariais ou de tecnologias da informação e comunicação.
 - c. Pronunciar-se sobre os protocolos de investigação científica celebrados no âmbito do ISMT e observar, direta ou indiretamente, a sua execução;
 - d. Acompanhar a investigação realizada no DI&D, no que respeita aos aspetos éticos associados aos diversos projetos;
 - e. Zelar pelo cumprimento das normas sobre a prestação do consentimento livre informado, relativamente a todas as pessoas que participem nas investigações
 - f. Pronunciar-se sobre a constituição de base de dados que descrevam determinada população e a sua eventual transferência;
 - g. Pronunciar-se sobre a revogação ou a suspensão da autorização para a realização de projetos no âmbito dos protocolos de investigação;
 - h. Promover a divulgação, junto dos profissionais e estudantes da instituição, dos princípios gerais da ética e da bioética, pelos meios adequados, designadamente através de estudos, pareceres, diretrizes, ou outros documentos informativos;
 - i. Definir o seu Regulamento Interno e Modo de funcionamento

- j. Elaboração de um Relatório Anual sobre as suas atividades, que deverá ser enviado ao Diretor e ao CC do ISMT, no final de cada ano civil;
3. Remuneração:
- a. O desempenho do mandato de membro da CE é gratuito, sem prejuízo do reembolso de despesas de transporte e alojamento, quando necessário, aos membros que não têm relação contratual com o ISMT;
 - b. Aos membros da CE não é devida qualquer remuneração ou compensação, direta ou indireta, pela sua atividade;
 - c. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ser pago aos membros da CE o montante das despesas de transporte ou de alojamento que, fundadamente, seja apresentado.

Artigo 4.º

Independência, Imparcialidade e Impedimento

- 1. No exercício das suas funções, a CE atua com total independência e imparcialidade relativamente aos órgãos de direção ou gestão do ISMT e da Coordenação do DI&D.
- 2. No exercício das suas atividades, a CE deve tratar de forma justa e imparcial todos os projetos submetidos para deliberação e parecer de modo a assegurar padrões de ética na investigação desenvolvida no ISMT.
- 3. Os membros da CE não devem intervir nas deliberações e debates relativos a assuntos em que se verifique situação de impedimento prevista no CPA e podem solicitar dispensa de intervenção nas votações e debates sobre assuntos em que possa existir dúvida razoável da sua isenção ou impedimento.
- 4. No sentido de facilitar a expressão e a sistematização dos contributos, os peritos ou outros técnicos podem ser convidados a participar numa reunião, mas sem direito de voto.
- 5. Os peritos ou outros técnicos convidados a participar numa reunião CE estão igualmente submetidos às situações de imparcialidade e impedimento previstas no CPA.

Artigo 5.º

Confidencialidade

- 1. Os membros da CE estão sujeitos ao dever de sigilo relativamente aos assuntos ou matérias que apreciem ou de que tomem conhecimento no desempenho do seu mandato.
- 2. Os peritos ou outros técnicos estão sujeitos ao dever de sigilo nos mesmos termos dos membros da CE.
- 3. A violação do dever de confidencialidade poderá implicar, nos casos em que se verifique, a responsabilidade civil e/ou criminal, nos termos gerais.

Artigo 6.º

Direção

1. A CE funciona de modo colegial tendo os seus três membros internos iguais poderes.
2. A direção e coordenação do funcionamento da CE é da responsabilidade dos seus membros internos, cabendo-lhes proceder à convocatória das reuniões e à elaboração das respetivas ordens de trabalho, bem como, sob audição prévia dos restantes membros, estabelecer os contactos e requerer os pareceres e informações que julgue necessárias para o esclarecimento das questões suscitadas.
3. Todas as atividades inerentes à direção e coordenação do funcionamento da CE são distribuídas em sede de reunião da CE e serão da responsabilidade de cada um dos membros internos, por períodos rotativos de 4 meses.
4. No exercício das suas funções e em todas as suas formas e fases, os membros da CE devem relacionar-se segundo os princípios da boa-fé, da colaboração participação, decisão e, desburocratização e eficiência relativamente às suas deliberações e pareceres.
5. Os membros internos da CE respondem perante o Diretor e o CC do ISMT sobre o curso dos trabalhos e desenvolvimento das suas atividades.
6. Os membros externos da CE têm funções consultivas, deliberativas e propositivas e estão submetidos às disposições no âmbito do CPA e no âmbito da legislação em vigor, geral e especial, sempre que se mostre adequado no âmbito específico da sua colaboração.

Artigo 7.º

Reunião e Ata

1. Os membros da CE deliberam em reunião ordinária mensal, em dia e hora semanal fixo, uma semana antes do CC, exceto em períodos de férias escolares.
2. As reuniões podem assumir a forma presencial ou outra forma a partir da utilização da tecnologia disponível (p. e., áudio e vídeo conferência), tendo em conta a especificidade do assunto a tratar.
3. Quaisquer alterações ao dia e hora fixados para as reuniões ordinárias devem ser comunicadas a todos os membros do órgão colegial, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.
4. Com uma antecedência mínima de 4 dias, os membros receberão a convocatória e cópia dos documentos necessários para a reunião.
5. De todas as reuniões são lavradas atas, com indicação sumária dos casos apresentados, dela fazendo parte integrante cópia das deliberações tomadas e dos pareceres emitidos, o sentido de voto individualmente expresso e os respetivos fundamentos, incluindo os votos de vencido.
6. Sempre que necessário, os membros da CE podem deliberar aprovar a ata, em minuta, no final da respetiva reunião.

7. As deliberações da CE adquirem eficácia após a aprovação das respectivas atas ou depois de aprovadas as minutas, nos termos do número anterior.
8. A CE reunirá, extraordinariamente, por convocatória dos seus membros internos e externos, sempre que pelo menos um terço o solicitem por escrito, indicando o assunto a tratar.
9. A convocatória da reunião deve ser feita no prazo de quinze dias posteriores à apresentação do pedido, mas sempre com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião extraordinária, fazendo ainda constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.

Artigo 8.º

Deliberações e Pareceres

1. As deliberações da CE são tomadas por consenso ou por maioria simples dos seus membros.
2. A votação é, regra geral, nominal e direta.
3. As deliberações da CE são válidas quando estiver presente na reunião a maioria simples dos seus membros.
4. Nas votações com vista a deliberações da CE não é admitida a abstenção, sem prejuízo de registo da respetiva declaração de voto.
5. Em caso de empate na votação, tem maior peso os votos dos membros internos. Se um deles faltar e o empate persistir, a votação será adiada.
6. As deliberações da CE serão comunicadas aos interessados por qualquer meio de comunicação que se revele adequado.
7. A CE obriga-se a emitir pareceres sobre os projetos de investigação do DI&D que lhe sejam submetidos pela Coordenação do DI&D.
8. A CE deverá ainda pronunciar-se sobre outros projetos de investigação que lhe sejam remetidos pelo Diretor, pelo CC ou pela ESAE do ISMT.
9. Os pareceres devem ser instruídos de acordo com as normas definidas pela CE
10. A elaboração dos pareceres será confiada a um relator e posteriormente discutida e votada em reunião.
11. Os pareceres emitidos pela CE assumem sempre a forma escrita e não são vinculativos.
12. Podem solicitar à CE a emissão de pareceres:
 - a. Os órgãos de direção ou gestão do ISMT;
 - b. Qualquer profissional do ISMT: docentes, investigadores; funcionários e todos os que de forma direta ou indireta participem em qualquer projeto de investigação;
 - c. Os alunos;
 - d. Os participantes/sujeitos dos projetos de investigação;
 - e. Os utilizadores dos serviços do ISMT.

Artigo 9.º

Apoio administrativo

1. O secretariado do CC e da ESAE assegura o apoio administrativo necessário à CE.

Artigo 10.º

Vigência e Revisão do Regulamento

1. O Regulamento entra em Vigor após aprovação em reunião da CC e homologação pelo Diretor do ISMT.
2. O presente Regulamento pode ser revisto a qualquer tempo, por deliberação da CE, quando razões poderosas o justifiquem.

Artigo 11.º

Disposições finais e direito subsidiário

1. Em tudo o que não esteja previsto no presente estatuto são aplicáveis as disposições do CPA relativas aos órgãos colegiais.
2. Todas as questões/casos omissos não enquadrados no anteriormente exposto serão resolvidos de acordo com a legislação, geral e especial, em vigor.
3. Os membros da CE mantêm-se em funções até nomeação de novos membros.